



GRADES INVADEM O QUE DEVERIA SER ÁREA VERDE, ENQUANTO O COMÉRCIO DESRESPEITA OS GABARITOS E AS REGRAS DE OCUPAÇÃO DE LOCAIS PÚBLICOS: SEM NENHUMA PREOCUPAÇÃO COM A CIDADE

PATRIMÔNIO AMEAÇADO

Samanta Sallum
Da equipe do **Correio**

Foi um ano de agressões. De insistentes medidas que feriram o que a capital do País tem de mais precioso: o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, concedido em 1987 pela Unesco. Brasília corre o risco de deixar de ser símbolo do que o mundo deve preservar para as gerações futuras. Mas o alerta contra o descaso à preservação da obra de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer acabou por impulsionar um grande movimento em defesa do tombamento da cidade.

A reação mais indignada partiu exatamente de Niemeyer. Aos 93 anos, do Rio de Janeiro, onde mora, o arquiteto esteve atento. E não conteve o desabafo, em manifesto publicado em outubro no **Correio Braziliense**, diante das tentativas de desfigurar Brasília.

O desordenado processo de loteamento, a construção de coberturas nos prédios do Plano Piloto, a desafetação de áreas verdes para dar lugar a residências, a irregular ocupação de áreas públicas pelo comércio e a alteração da destinação original de espaços também públicos para atender a interesses empresariais foram alguns dos assuntos que atormentaram os defensores da preservação de Brasília.

“O que está acontecendo para tanto desatino? É isso que o povo de Brasília deveria indagar. Afinal é a ele e a todos os demais brasileiros que esta cidade e o próprio País pertencem”, alertou o arquiteto.

Uma das repreensões mais graves em relação ao desrespeito à preservação de Brasília veio da Unesco, em dezembro. Depois de avaliar denúncias de desrespeito a Brasília como Patrimônio da

Humanidade, a instituição tomou duas decisões: mandar uma missão internacional investigar se a cidade está sendo preservada e pedir ao governo do Distrito Federal que faça um balanço das condições do tombamento. O governo tem até 15 de abril de 2001 para apresentar esse diagnóstico.

COBERTURAS

Avaliação da Unesco fechou um ano que começou com acaloradas discussões sobre a alteração nos prédios do Plano Piloto: a criação do sétimo andar. A escala definida no projeto urbanístico de Brasília não permite prédios residenciais com mais de seis pavimentos. Mas a aprovação de lei, na Câmara Legislativa, que começou a vigorar em janeiro, permitiu a construção de coberturas sobre o sexto andar dos prédios. O Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) protestou e pediu a revogação da lei.

“Isso traz consequência grave para a cidade, e as pessoas não se dão conta disso. São enganadas pela especulação imobiliária. Lúcio Costa já dizia que Brasília não foi projetada para ser metrópole”, denunciou o arquiteto Carlos Ma-

galhães, na época coordenador do Conselho Técnico de Preservação de Brasília. A ideia também foi considerada “absurda” por Niemeyer. “É um desrespeito e agressão ao direito autoral daqueles que projetaram os edifícios.”

O ano também foi de muito trabalho para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que travou ferrenha batalha para impedir a execução de decisões da Câmara Legislativa e do Governo do Distrito Federal. O órgão, subordinado ao Ministério da Cultura, tem a missão de fiscalizar e proteger as áreas tombadas. Junto com o Ministério Público, chegou a embargar várias obras que atentavam contra a concepção original de Brasília.

BAIAS PARA CAVALOS

Uma das maiores brigas ficou por conta da construção de 90 baias para cavalos no Parque da Cidade. Sem autorização do Iphan, o GDF começou a construção de um posto da polícia montada no parque. A obra foi embargada pelo Iphan. Mesmo assim o GDF deu ordem para o prosseguimento das obras.

O episódio rendeu até a intervenção do Ministro da Cultura, Francisco Weffort, a quem o governador Joaquim Roriz apelou para liberar a obra, passando por cima do parecer técnico do Iphan. A área da obra foi reduzida e acabou sendo autorizada pelo ministro, em agosto — uma decisão que provocou reações indignadas dos setores que defendem a preservação da cidade.

Outras irregularidades que arranham o

plano urbanístico de Brasília ficaram ainda mais visíveis em 2000. Restaurantes, bares e boates se expandiram pelas calçadas e espaços que não lhes foram destinados aproveitando a vista grossa do governo. A desordenada ocupação de espaços por propagandas também foi motivo de discussão. A poluição visual fez arder os olhos dos que lutam pela preservação da cidade.

“Isso aqui está virando um favelão. O visual das ruas está ficando um negócio horroroso”, denunciou o arquiteto Sérgio Brandão, conselheiro do IAB. Há um ano, o projeto que impõe limites à colocação de propagandas nas ruas do Plano Piloto não sai do papel.

A maior polêmica do ano no que se refere às ocupações irregulares de área pública ficou por conta do projeto do governo enviado à Câmara em setembro, criando taxas de fiscalização. O projeto instituiu a cobrança de taxa prevista para ser aplicada sobre qualquer tipo de ocupação comercial ou residencial, independente de licença ou autorização. Tal cobrança foi apontada por representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Ministério Público e do IAB como um incentivo à ilegalidade. Especialistas alertaram para a inconstitucionalidade da lei.

“O sujeito que está em situação irregular e pagar tal taxa ao governo vai usar isso como argumento para dizer que é dono da área”, avalia Alda Rabelo, da Comissão de Políticas Urbanas do IAB.

As agressões a Brasília chamaram também a atenção do Congresso Nacional e do Palácio do Planalto. Em junho, foi criada a Frente Parlamentar de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Natural Brasileiro. Três localidades ameaça-

das mereceram tratamento especial: Parque do Iguaçu (PR), Olinda (PE) e Brasília.

CONDOMÍNIOS

A consolidação de condomínios irregulares e a crescente invasão de áreas públicas em regiões de proteção ambiental incomodou até o presidente Fernando Henrique Cardoso. Das janelas do Palácio do Alvorada, ele se viu rodeado de invasões às margens do Lago Paranoá e mandou criar comissão para diagnosticar o parcelamento desordenado feito inclusive em áreas federais. O principal objetivo é detectar as áreas ameaçadas pela ação de grileiros que comprometem a segurança e o meio ambiente da capital.

Depois de um ano de desgaste e frustrações, o Conselho de Preservação de Brasília foi esvaziado. Perdeu seu coordenador, o arquiteto Carlos Magalhães, um dos mais enérgicos defensores da preservação da cidade e amigo pessoal de Niemeyer. O descaso do governo do Distrito Federal com o conselho o levou a pedir demissão em outubro.

A atitude ajudou a abrir os olhos do governo. No final do ano, o governador Roriz assinou termo de compromisso com o Iphan para firmar parceria nas ações de preservação da cidade. Mas, a julgar pelos projetos de lei apresentados na convocação extraordinária da Câmara no finalzinho do ano (permitindo a legalização de terras invadidas há mais de um ano e um dia e transformando um parque no Lago Norte em área habitacional), tudo não passa de cortina de fumaça: o governo parece mesmo disposto a estimular invasões e terminar de lotear o Distrito Federal.

MUDANÇAS URBANÍSTICAS

Mesmo diante de tantas reações indignadas contra as alterações urbanísticas de Brasília, os deputados distritais insistiram na aprovação de leis que alteram a destinação de áreas públicas: 101, no total. Locais previstos para áreas verdes, residências, escolas e hospitais foram convertidos em lotes para postos de gasolina e comércio. Os deputados também ampliaram de 8 para 12 metros a altura máxima para construções na W3- Norte.